

A INCLUSÃO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REGULAR

INCLUSION OF STUDENTS SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS OF PATIENTS IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES IN REGULAR EDUCATION

Edilene da Silva Almeida¹

Oswaldo Garcia Homero Cordero²

RESUMO

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo, que tem por objetivo discorrer sobre o processo de inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física no ensino regular. Relata também alguns momentos históricos sofridos pelos deficientes no decorrer dos anos, e algumas legislações que amparam os direitos de alunos deficientes de frequentar a mesma escola que os demais alunos. A Educação Física Adaptada possibilita ao aluno deficiente a participação nas aulas práticas de Educação Física, através da adaptação da aula de acordo com as necessidades dos mesmos. O processo da escola inclusiva possibilita que todos os alunos sejam educados no mesmo ambiente escolar, sendo eles deficientes ou não. A Educação Física inclusiva promove a integração social do indivíduo, seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor melhorando sua qualidade de vida. As atividades que favorecem a inclusão nas aulas práticas de Educação Física podem ser os jogos cooperativos, construtivos, de regras, simbólicos e populares que possibilitam ao aluno com necessidades educacionais especiais sua interação com os demais alunos, rompendo as barreiras do preconceito, e enriquecendo o processo de ensino aprendizagem. A finalidade deste estudo foi levar aos profissionais da educação a compreender que é possível a participação do aluno com necessidades educacionais especiais na aula de Educação Física, favorecendo o processo de inclusão e o desenvolvimento dos mesmos.

Palavras-chave: Educação Física, Deficiência, Inclusão.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação Física da FAEMA.

² Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Professor do Curso de Licenciatura em Educação Física da FAEMA.

ABSTRACT

This article is characterized as a literature of descriptive nature, that aims to discuss the process of inclusion of students with special educational needs in physical education classes in regular schools. Also reports some historical moments experienced by disabled people in stems of years, and some laws that protect the rights of the disabled to attend the same school as other students student. The Adapted Physical Education enables the poor student participation in practical classes in Physical Education, by adapting the lesson according to the needs of the same. The process of inclusive school that enables all students to be educated in the same school environment, they are disabled or not. Inclusive Physical Education promotes social integration of the individual, their cognitive, affective and psychomotor development by improving their quality of life. Activities that favors inclusion practices physical education classes may be the cooperative, constructive, rules, and symbolic Popular games that allows the students with special educational needs its interaction with other students, breaking the barriers of prejudice, and enriching the teaching-learning process. The purpose of this work was to bring education professionals understand that it is possible the participation of students with special educational needs in Physical Education class, favoring the inclusion process and their development.

Keywords: Physical Education, Disabilities Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu com a necessidade de conhecimento sobre a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular e em especial nas aulas práticas de Educação Física. Os alunos com necessidades especiais participam das aulas práticas de Educação Física, e ocorre de fato sua inclusão na escola?

Entretanto, entende-se que a escola inclusiva proporciona os alunos portadores de necessidades educacionais especiais um ambiente escolar agradável, acessivo e que favorece o desenvolvimento e a integração social desses alunos, sendo assim, percebe-se que esses alunos possuem capacidades suficientes para realizarem todas as atividades físicas sugeridas pelo professor, é claro que as atividades escolhidas para serem trabalhadas devem contemplar todos os alunos.

Nota-se que a inclusão vem ganhando espaço nas escolas brasileiras, com isso os professores não podem ignorar este acontecimento. O grande objetivo do processo de inclusão é garantir que os alunos com necessidades especiais tenham o mesmo acesso a educação dada aos demais alunos, e em especial a mesma forma de participação nas aulas práticas de Educação Física.

Percebe-se que com o surgimento de diversas legislações que passaram a obrigar as escolas a incluírem no ensino regular os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, houve um grande aumento em estudos e pesquisas sobre essa temática, demonstrando que esses alunos já estão presentes no cotidiano das escolas, e que as escolas necessitam estar preparadas para oferecerem a eles um suporte adequado e garantir uma educação de qualidade, assim como sua participação plena nas aulas de Educação Física.

Os alunos considerados diferentes comparados aos ditos normais, muitas vezes não participam das aulas de Educação Física, pois sentem rejeitados, e o professor muitas vezes prefere que eles fiquem de longe para não atrapalharem sua aula, ou melhor, para ele não ter que preparar uma aula diferente que oportunize a participação de todos. Sendo assim, este trabalho mostrará que é possível realizar uma aula inclusiva, e os benefícios desta aula para esses alunos, na melhora da qualidade de vida e na sua inserção social, e também para os demais alunos, pois estimula a cooperação e o respeito às diferenças.

A inclusão hoje é um fato, não dá para os professores fugirem a essa realidade, muito menos ficarem neutros diante dessa situação, os alunos com necessidades educacionais especiais físicas ou mentais, já estão presentes nas escolas, e este trabalho relata que é possível realizar uma aula adaptada às necessidades educacionais dos alunos, contribuindo também como embasamento teórico que ajudará no planejamento das aulas e no quesito inclusão.

Em vista disso, o presente estudo visa descrever de forma objetiva a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e em particular na aula de Educação Física. A inclusão na aula de Educação Física é um desafio para o professor que têm pouco conhecimento da importância dessa aula no desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor desses alunos, ou seja, os professores deixam esses alunos de lado sem direito a participarem das aulas, sendo eles os mais necessitados de atividade física para melhorarem sua qualidade de vida, sendo assim, este levantamento bibliográfico auxiliará na preparação de uma aula que possibilita a inclusão.

2. METODOLOGIA

O presente estudo destaca a relevância da inclusão dos alunos portadores de alguma necessidade educacional especial no Ensino Regular, demonstrando a importância das atividades físicas nas escolas para o desenvolvimento e a inclusão desses alunos.

Considerando os procedimentos técnicos, esta pesquisa caracterizar-se-a como bibliográfica, que conforme relata Gil ⁽¹⁾ a pesquisa bibliográfica é realizada com base em material publicado, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e artigos científicos.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. BREVE PERCURSO HISTÓRICO DO DEFICIENTE

Na antiguidade as pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais eram aniquiladas ou faleceriam precocemente e essa prática não causava nenhuma culpa. Isso porque a sociedade da época fazia uma seleção natural das pessoas e as menos favorecidas fisicamente ou mentalmente não sobreviveriam, essas pessoas eram consideradas como não produtivas incapazes de produzirem para sua própria sobrevivência ⁽²⁾.

Já na Idade Média, as pessoas com deficiências eram consideradas produtos do pecado, castigo divino ou que tinham possessões demoníacas, e sacrificá-las era uma forma de eliminá-las da sociedade, nessa época a sociedade era dominada por forte influência religiosa ⁽²⁾.

No final da Idade Média, houve um fortalecimento do cristianismo, surgindo o conceito que todos são filhos de Deus, a partir dessa concepção foi impedida a eliminação das pessoas deficientes, nessa época tinha-se em mente que caberia somente a Deus tirar a vida de alguém, pois era Ele que a dava. Surgem então os primeiros espaços assistenciais, em organizações religiosas que protegiam os menos favorecidos, sendo eles doentes ou que não atendiam aos padrões ditos normais da época, nesse período eles ainda eram mantidos isolados e não tinham direitos de viverem em sociedade, pois nessa ocasião ainda prevalecia uma forte influência das pessoas que acreditavam no sobrenatural, ou seja, que a deficiência era causada por um castigo ou eram possuídos por demônios ⁽³⁾.

Segundo Bartalotti ⁽³⁾, foi no Renascimento que surgiu a busca por conhecimentos sobre as deficiências, nascendo aí a preocupação com o indivíduo e com as explicações científicas sobre o porquê daqueles males que os atingiam, nessa época os deficientes eram considerados como doentes e não possessões demoníacas, os deuses já não explicavam as deficiências, mas sim o corpo.

A partir do Século XVIII até o Século XIX houve um grande avanço na medicina e nos conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento do ser humano, nessa época as pessoas deficientes passaram a ter direito a tratamento médico, surgindo às instituições especializadas ⁽³⁾.

Com a evolução da ciência em meados do Século XIX, possibilitou que a população compreendesse a deficiência como doença, mesmo assim essas pessoas eram segregadas e protegidas em Instituições residências, houve uma exclusão por completo dessas pessoas que ficaram isoladas da sociedade ⁽²⁾.

De acordo com Bartalotti ⁽³⁾, no século XX continuou a busca por melhora na qualidade de vida dos deficientes, com o conhecimento científico teve a classificação das deficiências e a ampliação do tratamento especializado. Nessa época foi descoberto que além dos fatores orgânicos, existia também influência de fatores psicossociais nas pessoas deficientes, a partir dessa descoberta a deficiência deixou de ser rotulado como uma doença do corpo e passa a ser vista como condição, ou seja, fruto das interações com o meio no qual o sujeito vive. Portanto a partir desse momento os tratamentos de saúde já não eram mais suficientes, passam a ser necessárias medidas sociais, educativas, políticas públicas para seu o desenvolvimento desses indivíduos.

No Brasil no início da colonização, com os indígenas, quase não se via pessoas com deficiência física ou mental, uma vez que, as crianças eram sacrificadas pelos pais logo ao nascerem ⁽⁴⁾.

3.2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

A Educação Física Adaptada surge em meados de 3.000 e 2.500 a. C., na China eram realizadas atividades curativas e exercícios terapêuticos, esses povos acreditavam que os exercícios, as massagens e o banho serviam para curarem doenças e aliviarem distúrbios físicos ⁽⁵⁾.

De acordo com Zanella ⁽⁶⁾, na Grécia 480 a. C. e em Roma, foi encontrado os primeiros escritos sobre a Ginástica Médica, servia para corrigir as fraquezas corporais dos alunos.

Com a volta dos veteranos da Primeira Guerra Mundial, surgiu a necessidade de mudanças e adaptações nos programas utilizados na época, aparecendo a Educação Física Corretiva, que dispunha de terapias físicas corretivas, que tinha como objetivo a restauração das funções dos soldados ⁽⁶⁾.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os soldados multilados buscavam sua reabilitação. Nessa época houve uma demanda nos hospitais, há procura de exercícios terapêuticos, com o intuito de aumentar a força muscular, diante dessa situação, foi forçado à criação dos Centros de Convalescença e Reabilitação, nessa época os jogos e esportes adaptados para amputados da guerra e deficientes tornaram-se populares e essas atividades tinham como objetivo a reabilitar os jovens lesionados nas batalhas ⁽⁶⁾.

Na década de 50, é definido o nome de Educação Física Adaptada como um programa diversificado de atividades como o jogo, o esporte e o ritmo sendo adaptados aos interesses e às capacidades e limitações dos alunos portadores de alguma deficiência que o impedia de realizar os movimentos da aula prática de Educação Física ⁽⁷⁾.

No Brasil a Educação Física Adaptada surge em 1958, com a fundação de dois clubes de desporto em cadeiras de rodas um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro ⁽⁸⁾.

3.3. PRINCIPAIS EVENTOS MUNDIAIS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO

No decorrer da história da humanidade ocorreram diversos movimentos em prol da inclusão das pessoas deficientes. Foram realizados diversos encontros mundiais para debaterem a questão da inclusão, e desses encontros surgiram várias Declarações entre elas, teve a Declaração de Cuenca de 1981, onde foram discutidos os direitos a educação, iguadade de oportunidade e participação para todas as pessoas deficientes ⁽⁴⁾.

No mesmo ano em 1981 a Organização das Nações Unidas declarou como o ano Internacional das pessoas Deficientes, foi criada também a Declaração de Sunderberg, nesse encontro foi relatado as ações e as estratégias para uma educação que integre os alunos deficientes, garantindo a essas pessoas os direitos de pleno acesso a educação ⁽⁴⁾.

Já em 1992, foi realizado o Seminário da Unesco, nessa reunião foi discutido a integração da educação especial com a educação regular. Logo no ano seguinte em 1993 foi criado o documento de Normas Uniformes sobre Igualdade de Oportunidade para as pessoas com incapacidade, defendendo o direito de educação no ensino regular para os deficientes e sua inserção na sociedade.

No ano de 1994 a Unesco realizou uma conferência mundial sobre necessidade especial, dando origem a criação da Declaração de Salamanca, que tem como princípio norteador o reconhecimento do direito de igualdade, determina que o aluno deficiente seja incluído no mesmo processo de educação dos demais, esse marco histórico importantíssimo coloca que a escola deve ser inclusiva com acesso para todas as crianças estudarem juntas independente de suas diferenças e dificuldades ⁽⁹⁾.

3.4. BREVE DESCRIÇÃO SOBRE AS DEFICIÊNCIAS

De acordo com Decreto-Lei n° 3.298 ⁽¹⁰⁾, no seu artigo 4° descreve que existem cinco categorias diferentes de patologias consideradas como deficiência sendo elas: deficiência Física, auditiva, visual, mental e múltipla.

A deficiência física é considerada como dificuldades ou limitações motoras, a auditiva como problema de audição e linguagem, a visual como ausência parcial ou total da visão e a mental como dificuldades de aprendizagem e de compreensão ⁽¹¹⁾.

O Decreto n° 5.296 ⁽¹²⁾ considera a deficiência física, como uma alteração total ou parcial de uma ou mais parte do corpo humano, causando o comprometimento da função física, podendo ser classificada na forma de “paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraparesia, triplegia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida”.

A deficiência auditiva pode ser considerada a perda total ou parcial da audição. A deficiência visual pode ser considerada cegueira quando a acuidade for igual ou menor que 0,05% no olho considerado melhor e que impeça a visão e também a baixa visão que é considerada deficiência leve ou moderada. A deficiência mental existe quando há um comprometimento intelectual, sendo inferior à média, afeta a pessoa na comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais e acadêmicas, entre outras. A deficiência múltipla é considerada quando há junção de duas ou mais deficiências ⁽¹²⁾.

3.5. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A INCLUSÃO

No Brasil as primeiras intervenções para atendimento das pessoas deficientes foram construídas na época de D. Pedro II, que foram: O Império Instituto dos Meninos Cegos (1854), Instituto dos Surdos Mudos (1887) e o Asilo dos Inválidos da Pátria ⁽⁴⁾.

Porém na década 30 o Brasil vivia uma doutrina Militar e Higienista, e o curso de Educação Física tinha por objetivo formar professores com visão no ser humano padrão, não levando em consideração a diversidade ⁽⁹⁾. Nessa época eram proibidas a matrícula dos alunos portadores de deficiências nas escolas regulares, cujas limitações o impediam de participarem das aulas práticas de Educação Física.

Diante desse contexto, as crianças portadoras de deficiências eram discriminadas e marginalizadas na sociedade, porém a Constituição Federal de 1988 garantiu o Ensino Fundamental gratuito e obrigatório a todos, inclusive a garantia de educação especial no ensino regular aos portadores de necessidades especiais ⁽¹³⁾.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira n° 9.394/1996, entende-se por Educação Especial, a modalidade de ensino escolar oferecida aos alunos com algumas necessidades especiais no mesmo ambiente escolar que dos demais, possibilitando sua inclusão social e garantindo seu direito de participação na sociedade ⁽¹⁴⁾.

Sendo assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, determinou que toda criança tem direito a educação, igualdade de acesso e permanência na escola, que venha proporcionar seu desenvolvimento e sua preparação para o exercício da cidadania, sem sofrer discriminações por suas limitações em todo o país ⁽¹⁵⁾.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais ⁽¹⁶⁾ a Educação Física inclusiva ajuda na superação do passado histórico da disciplina, que em vários momentos selecionou os indivíduos em aptos e inaptos. Discorre também que a inclusão acontece quando o professor da disciplina apoia, estimula, incentiva, valoriza, promove e acolhe os alunos levando em consideração sua individualidade.

4. ESCOLA INCLUSIVA

Com as críticas e uma pressão social e política ao modelo de Escola Especial de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, que isolavam os deficientes

da comunidade, surge o princípio de uma escola “para todos”, que respeite e valorize as diferenças, a cidadania plena, a heterogeneidade da turma e a diversidade do processo de construção coletiva e individual do conhecimento, com o intuito de integrar em uma mesma Instituição todos os alunos sem que ele sofra qualquer discriminação ⁽²⁾.

A partir da década de 90 no Brasil, as discussões a cerca da inclusão escolar tomaram forças a partir da criação da Declaração de Salamanca, determinando que as escolas regulares propiciem a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, e também que elas criem os meios adequados de combaterem as atitudes discriminatórias ⁽²⁾.

De acordo com as Leis de Diretrizes e base da Educação Nacional, N° 9.394/96, as escolas devem garantir aos alunos com necessidades especiais, currículo, método, técnicas, recursos educativos e organização específica que vão ao encontro das necessidades especiais desses educandos, melhorando com isso seu desenvolvimento e devem oferecer também professores capacitados para que haja a integração dos mesmos ⁽¹⁴⁾.

Uma escola inclusiva aprende a trabalhar com as diferenças, com a diversidade de ritmo, de estilo de aprendizagem, interesses, motivação e as maneiras distintas de construir o conhecimento, consideram que todas as diferenças são normais, defendendo também que o ensino deve ser adaptado as necessidades dos alunos e não ao contrário, ou seja, a educação inclusiva tem como meta evitar que as diferenças se transformem em desigualdade de aprendizagem e de participação ⁽²⁾.

Segundo descreve Bartalotti ⁽³⁾ “incluir não é apenas, colocar junto, e, principalmente, não é negar a diferença, mas respeitá-la como constitutiva do homem”.

A educação inclusiva trouxe uma grande mudança na forma de educar, os alunos com necessidades especiais foram inseridos nas escolas regulares, possibilitando com isso a integração social dos mesmos.

Todavia somente em casos que não for possível a integração do aluno portador de necessidades especiais no ensino regular é que a lei garante uma escola com apoio especializada para atender suas necessidades específicas ⁽¹⁴⁾.

A educação inclusiva tem por objetivo transformar a sociedade em mais justa, evitando as desigualdades e favorecendo a integração de todos os indivíduos e também promove a qualidade de vida ⁽¹⁷⁾.

O ambiente escolar deve ser constituído como um espaço aberto, acolhedor que esteja preparado para atender as peculiaridades de cada indivíduo ⁽¹⁸⁾.

Não basta apenas à escola ser inclusiva, a sociedade num todo deve eliminar todas as barreiras físicas e atitudinais, possibilitando a pessoa com necessidade especial acesso a todos os recursos existentes na sociedade, garantidos sua inclusão social e sua participação como cidadão ⁽²⁾.

4.1. A INCLUSÃO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física encontra-se em um processo de grandes mudanças e adaptações, e uma dessas mudanças é a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de Educação Física, influenciando os professores de Educação Física há buscarem uma metodologia de ensino que propiciem aos alunos portadores de deficiência uma melhor aprendizagem e sua inclusão no ensino regular ⁽¹⁹⁾.

A disciplina de Educação Física assim que passou a fazer parte do currículo da escola, tinha como foco principal o aprimoramento físico, capacitando o indivíduo para trabalhar nas Indústrias, e também o esporte de rendimento para preparar atleta para representar o Brasil em competições Internacionais, esse culto ao corpo forte, doutrinado e apto excluía por completo as pessoas que não conseguiam realizar as atividades, inclusive os deficientes físicos que eram segregados a Instituições específicas ⁽²⁰⁾.

Na década de 80, surgiram diversos grupos sociais que reivindicavam participação política e social, entre os quais destacavam as pessoas deficientes que durante anos foram marginalizados, com isso, acabou perdendo o sentido o modelo de Educação Física que existia ⁽⁹⁾.

Entretanto na área da Educação física, houve uma corrida contra o tempo para garantir os direitos dos portadores de necessidades educacionais especiais, bem como a necessidade de desenvolver uma aula de Educação Física adequada com as características individuais de aprendizagem de cada aluno ⁽⁴⁾.

A Educação Física sofreu várias modificações ao longo dos anos passando do método ginástico para a Educação Física Inclusiva. Porém isso só foi possível com as mudanças que ocorreram na forma de educar e também nas atitudes dos profissionais da educação impulsionados por Leis ⁽²⁰⁾.

As pessoas com necessidades educacionais especiais só tiveram direitos a participarem das aulas de Educação Física, a partir do surgimento de Leis, Decretos e Declarações dando a

eles oportunidades de estarem inseridas no mesmo ambiente escolar que os demais alunos. A Declaração de Salamanca ⁽²¹⁾ determina que toda criança é um ser único e tem direito a receber educação, e cabe a escola levar em consideração a diversidade de seus educandos e satisfazer as necessidades de aprendizagem de cada um.

Para que ocorra a inclusão do aluno portador de necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física é preciso dar a ele as mesmas oportunidades dadas aos demais alunos, embora seja diferente ⁽²²⁾.

A Educação Física que inclui todos os alunos apesar das diferenças contribui para a melhoria de sua qualidade de vida, e segundo Oliveira ⁽²³⁾ as atividades físicas integram com facilidade os alunos com necessidades especiais, oportunizam a eles as mesmas vivências dadas aos demais alunos.

A inclusão do aluno com necessidade especial na aula de Educação Física, é um desafio a ser superado pela escola e a sociedade, pois além da integração e socialização desse aluno, requer também que suas diferenças sejam respeitadas, ou seja, não basta apenas incluir os alunos no ensino regular, tem que de fato inserir esse indivíduo na sociedade apesar de suas limitações ⁽²⁴⁾.

A inclusão na aula prática de Educação Física oportuniza que todos os alunos participem das atividades propostas, cabendo ao professor ser o mediador no processo de ensino aprendizagem das práticas esportivas e das habilidades motoras dos alunos portadores ou não de deficiência ⁽¹⁹⁾.

As aulas de Educação Física são importantes na construção de uma Educação inclusiva, pois os conteúdos lecionados tem uma menor rigidez, comparada as demais disciplinas, e o professor de Educação Física tem uma maior liberdade na organização dos conteúdos que serão trabalhados, oportunizando aos alunos uma maior vivencia nas aulas, com isso eles terão uma melhor aprendizagem, ou seja, a flexibilidade das aulas de Educação Física, facilita a inclusão dos alunos portadores de necessidades ⁽²³⁾.

4.2. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Segundo Oliveira ⁽²³⁾ a Educação Física proporciona através das atividades físicas, uma melhora no desenvolvimento das habilidades humanas, melhor conhecimento do próprio corpo e melhora na qualidade de vida do indivíduo, em todas as faixas etárias. O autor relata ainda, que as aulas de Educação Física são essenciais na inclusão de alunos portadores de

necessidades especiais, pois contribuem para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor do aluno, o autor também ressalta que para acontecer esta inclusão será necessário que as aulas de Educação Física sejam preparadas de acordo com as necessidades dos alunos.

As aulas de Educação Física promovem o desenvolvimento total dos alunos, inclusive dos que possui algum tipo de deficiência, elevando sua capacidade intelectual, social e afetiva ⁽¹⁷⁾.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacional de Educação Física ⁽²⁵⁾, a participação dos alunos deficientes na aula de Educação Física traz benefícios claros a esses alunos, principalmente no desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. Relata também que, para ocorrer esses benefícios, o professor da disciplina deve conhecer a necessidade que o aluno possui, para desenvolver uma aula com as adaptações necessárias que contemple a participação de todos.

De acordo com Souza ⁽²⁶⁾ a aula de Educação Física contribui de forma afetiva na formação do aluno, não estando preocupada apenas com a parte física do indivíduo, mas também e principalmente com a formação intelectual e psicológica da criança, portanto o professor deve preparar sua aula levando em consideração o conhecimento que o aluno já possui e que precisa ser lapidado pela a escola.

A Educação Física proporciona aos alunos portadores de necessidades especiais, uma elevação no nível funcional de suas capacidades coordenativas e condicionais, como, a resistência, flexibilidade, velocidade, equilíbrio, controle da postura, ritmo e agilidade permitindo também que os alunos desenvolvam a autonomia, o respeito, a cooperação, a compreensão, a cordialidade e a solidariedade entre todos os educandos, ou seja, os alunos se ajudam na realização das atividades físicas, havendo uma aprendizagem múltipla ⁽²³⁾.

Na Educação Física Adaptada os exercícios físicos são importantes, pois proporcionam a aquisição de aptidão física e motora e também as habilidades e padrões motores fundamentais, a prática dessas atividades supli as necessidades individuais de cada aluno, ou seja, o exercício físico tem sido uma ferramenta capaz de corrigir, as habilidades ou remediar limitações que causa atraso no desenvolvimento dos alunos ⁽²⁷⁾.

4.3. ATIVIDADES QUE FAVORECEM INCLUSÃO DOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

O aluno com necessidades educacionais especiais precisa ter oportunidades de demonstrar suas qualidades e aptidões e o simples fato do professor de Educação Física impedir sua participação na aula, pode acabar inibindo esse aluno, impedindo seu desenvolvimento⁽²⁶⁾.

O lúdico contribui na formação individual do aluno, sendo uma ferramenta que a escola deve adotar para tornar as aulas mais dinâmicas. Toda criança ao ingressar na escola já tem conhecimento do brincar, e cabe à escola transformar isso em ações pedagógicas que propicie a criança a aprender fazer fazendo, assim sendo, é possível promover atividades como o jogo, as brincadeiras, o teatro e o lazer. Através do lúdico os alunos deficientes tem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos e de interagir com os colegas e professores⁽²⁶⁾.

Deve ser assegurada a toda criança o direito de brincar, independente de sua raça, gênero, habilidades motoras, inteligência, comunicação, entre outros, pois o simples fato da criança ter contato com outras, desenvolve sua sensibilidade, a compreensão e o respeito múltiplo, levando a aprendizagem com as diferenças e com as semelhanças⁽¹⁷⁾.

É possível apreender brincando, cabe ao professor aproveitar as brincadeiras que os alunos trazem de suas vivências do dia a dia e trabalhar pedagogicamente esse ato de brincar e de maneira criativa e natural⁽²⁶⁾.

Segundo Lourenço⁽²⁸⁾ por ter regras flexíveis à brincadeira e o jogo podem ser adaptados com facilidades aos interesses dos alunos, sendo o jogo um recurso didático valiosíssimo, pois oferece inúmeras possibilidades para enriquecer o processo de ensino aprendizagem, sobretudo no processo de motivação e estimulação a criatividade dos alunos, através do manuseio dos materiais e dos movimentos corporais, onde os mesmos incorporam os conhecimentos de forma concreta, brincando e jogando, as crianças conseguem aprenderem lúdica e prazerosamente.

Dentre as inúmeras atividades que podem ser desenvolvidas com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, podem-se trabalhar as brincadeiras que contribuem para a concentração, os jogos de memória, fichas, dinâmicas corporais que auxiliam na coordenação como as atividades com cordas, cones que trabalham as diferenças e direções, o professor também pode realizar atividades práticas que desenvolvem nos alunos a coordenação motora fina, lateralidade, entre outras⁽²⁶⁾.

O professor de Educação Física pode desenvolver diversas atividades de integração com seus alunos de forma prazerosa e que estimula a participação de todos. Segundo Lourenço ⁽²⁸⁾ essas atividades podem ser, jogos simbólicos que é apresentação corporal do imaginário como: a fantasia, casinha, brincando de circo, etc. O Jogo popular, que é a ampliação dos conhecimentos que a criança já possui e dar a ela o acesso a outras culturas, que pode ser a amarelinha, pega-pega, peteca, esconde-esconde, roda pião, bolinha de gude, entre outras.

Podendo também desenvolver o jogo de construção, onde a criança age buscando criar, com suas próprias ações rudimentos próximos da realidade, reproduzindo com os materiais, as coisas de sua imaginação, podendo ser fantoches, quebracabeça, jogos de montar, blocos lógicos, dramatização de estórias etc. os jogos com regras também possibilitam a inclusão, pois pertencem ao lúdico e estimulam a união entre os participantes de cada equipe, sendo eles, Dama, Xadrez, Trilha, Futebol, Basquete, Atletismo, Esportes com Raquetes, Voleibol entre outros ⁽²⁸⁾.

O jogo cooperativo possibilita à convivência e a cooperação, dando oportunidade às crianças de aprenderem que a vitória não depende da derrota do outro, e que todos são importantes dentro do jogo, os jogos cooperativos são versáteis, e contribui para uma mudança de cultura tendo suas regras flexíveis, sendo assim, ele é adaptativo a todo tipo de pessoas, grupos, competências e espaço, sendo eles: siga o mestre, dança da cadeira, escravo de Jó, bola salvadora, basquetinho, entre outras.

O jogo tem um valor formativo, pois proporciona aos alunos uma interação, um relacionamento social, sendo assim, o simples fato da criança participar do jogo ajuda na sua formação de atitudes sociais, como, respeito mútuo, cooperação, solidariedade, respeito às regras e iniciação própria ⁽²⁹⁾.

O jogo e o esporte adaptado são atividades que incorporam as habilidades dentro do esporte, com os desafios, as orientações sobre espaço, o trabalho em equipe, e devem ser organizado conforme as características dos alunos. As modalidades como o Handebol e o Basquetebol podem ser realizados normais ou sentados na cadeira de rodas, Goalball, Atletismo, pista de corrida de 50 m com revezamento, entre outras são atividades que podem ser adaptadas a qualquer pessoa ⁽³⁰⁾.

5. CONSIDERAÇÕES

Este estudo buscou relatar a inclusão dos alunos portadores necessidades educacionais especiais nas aulas práticas de Educação Física, e de certa forma levar a reflexão da importância da prática de atividade física para todos os alunos. Percebe-se que a Educação Física ao longo da história, deixou de ser apenas para indivíduos considerados como normais passando a desenvolver atividades que contemplem a todos independente de suas limitações.

A inclusão do aluno especial nas aulas práticas de Educação Física é um desafio a ser superado por todos, e para que a verdadeira inclusão aconteça é preciso que o professor elabore sua aula pensando em cada aluno de forma especial, conhecendo as limitações de cada um, é necessário também que a escola seja acolhedora com funcionários bem preparados.

A inclusão nas atividades deve acontecer de forma natural, e as adaptações de acordo com as necessidades dos alunos, sendo gradativas conforme sua evolução e de forma que respeite o tempo de desenvolvimento de cada um, pois cada indivíduo é ser único e sua aprendizagem ocorre naturalmente conforme seu amadurecimento.

Dessa forma, este trabalho contribuirá para a Educação Física no quesito inclusão, além disso, levará os profissionais da educação a refletirem sobre a importância de incluir todos os alunos no mesmo sistema educacional, ao perceberem a superação de dificuldades dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas aulas práticas de Educação Física, sua satisfação ao realizarem as atividades e conseqüentemente seu desenvolvimento psicomotor e sua socialização com os demais alunos, pois essas aulas proporcionam esses benefícios a estes alunos.

Portanto é possível que os alunos com necessidades educacionais especiais participem das aulas de Educação Física, basta que as atividades sejam preparadas de acordo com suas necessidades.

Destacou-se que o lúdico, as brincadeiras e os jogos são ferramentas imprescindíveis para o processo da integração dos alunos com necessidades educacionais especiais, sendo um instrumento de ensino aprendizagem que garante a integração social.

Enfim, não basta apenas inserir os alunos especiais no ensino regular, tem de fato garantir a sua inclusão, sua aprendizagem e seu desenvolvimento como cidadão, a disciplina de Educação Física é imprescindível na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois possibilita o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor dos mesmos, através do contato com os colegas e com o professor.

REFERÊNCIAS

1. Gil, AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 5^a ed. São Paulo (SP): Atlas; 2010.
2. Urbanek, D, Ross, P. Educação Inclusiva. 2^a ed. Curitiba (PR): Fael; 2011.
3. Bartalotti, CC. Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: Utopia ou Possibilidade? São Paulo (SP): Paulus; 2006.
4. Silva, RF, Junior, LS, Araújo, PF. Educação Física Adaptada no Brasil. São Paulo (SP): Phorte; 2008.
5. Gorgatti, MG, Costa,RF. Atividade Física Adaptada. São Paulo (SP): Manole; 2005.
6. Zanella, ÂK. Práticas Corporais Alternativas: Possibilidades no Universo do Aluno com Deficiência Mental. [Dissertação]. Santa Maria (RS): Universidade Federal de Santa Maria/ USP; 2012.
7. Winnick, JP. Educação Física e Esportes Adaptados. 3^a ed. São Paulo (SP): Manole; 2004.
8. Cardoso, VD. A reabilitação de pessoas com deficiência através do esporte adaptado. Rev. Bras. Ciênc. Esp. 2011; 33 (2): 529-539.
9. Silva, OON, Bordas, MAG. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física: desvendando a realidade da feira de Santana/BA. Rev. Elet. de Cult. e Educ. 2013; 4 (8): 1-16.
10. Brasil, Decreto-Lei n° 3.298 de 20 de Dezembro de 1999. Brasília (DF): 1999.
11. Vitta, FCF, Vitta, A, Monteiro, ASR. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. Rev. Bras. Educ. Esp. 2010; 16 (3): 415-428.
12. Brasil, Decreto-Lei n° 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. Brasília (DF): 2004.
13. _____.CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. Brasília – DF: 1988.
14. _____. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília (DF): 1996.
15. _____. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília (DF): 1990.
16. _____. PCN: Ensino Médio Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília (DF), MEC/SEF; 1997.
17. Venturini, GRO, Rodrigues, BM, Matos, DG, Zanella, AL, Pace-Júnior, RL, Paula, GRR, Cunha, AS, Mazini-Filho, ML. A importância da inclusão nas aulas de Educação Física escolar. Rev. Dig. 2010; 15 (147): 1-1.

18. Ferreira, MEC. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro (RJ): DP&A; 2003.
19. Fiorini, MLS. Concepção do Professor de Educação Física sobre a inclusão do Aluno com Deficiência. [Dissertação]. Marília (SP): Universidade Estadual Paulista/USP; 2011.
20. Dornadeles, FO. Os Sentidos/Significados da Temática da Inclusão: uma Revisão Bibliográfica nos Anais dos Conbraces. [Monografia]. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRS; 2013.
21. _____. Declaração de Salamanca e linhas de ações sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília (DF): CORDE; 1994.
22. Cidade, REA, Freitas, PS. introdução à Educação Física e ao Desporte para Pessoas Portadoras de Deficiência. 1ª ed. Curitiba (PR): UFPR; 2002.
23. Oliveira, FETR. O Papel da Educação Física na Aprendizagem de Alunos com Necessidades Educativas Especiais. [Dissertação]. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; 2013.
24. Gomes, TS. Educação Física como Forma de Inclusão de Pessoas com Necessidades Educativas Especiais. [Citado em 19 Setembro 2014]. Disponível em: https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Educa%C3%A7%C3%A3o+F%C3%ADsica+como+Forma+de+Inclus%C3%A3o+de+Pessoas+com+Necessidades+Educativas+Especiais.
25. Brasil. Secretária de Educação Fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília (DF). MEC/SEF: 1997.
26. Souza, RS. A Inclusão dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Aulas Práticas de Educação Física na Escola Estadual Maria Nazaré Pereira Vasconcelos (Macapá – AP). [Monografia]. Macapá. Universidade de Brasília/UDF; 2012.
27. Oliveira, PB, Silva, EM. Importância da atividade física nos níveis de aptidão física e motora em crianças com deficiência visual. Rev. Adapta. 2010; 6 (1): 70-71.
28. Lourenço, MS. A Importância da Educação Física para a Inclusão Escolar. [Monografia]. Brasília (DF): Universidade de Brasília/UNB; 2011.
29. Haidt, RCC. Curso de Didática Geral. São Paulo (SP): Àtica; 2003.
30. Castro, EM. Encontro do Programa de educação física adaptada. Rev. Adapta. 2010; 6 (1): 54-65.